

## PARECER JURÍDICO FINAL

**Processo:** 000.064/2019

**Modalidade:** Tomada de Preço- nº 002/2019/PMC

**Tipo:** Menor Preço Por Empreitada Global

**Requerente:** Secretaria Municipal de Infraestrutura

**Assunto:** Parecer acerca da legalidade do Processo Licitatório Pregão Presencial - nº 002/2019/PMC, cujo objeto é a pavimentação de vias urbanas.

### **RELATÓRIO**

Submete-se para exame e parecer conclusivo deste Procuradora, o processo licitatório em destaque, versando sobre licitação pública na modalidade a Tomada de preço prevista no art. 22, Inciso II e parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93, que tem por objeto a pavimentação de vias urbanas, para o Município de Carmolândia-TO, conforme condições, quantidades e especificações constantes no edital. A matéria é trazida à apreciação jurídica para cumprimento do inciso VI, e parágrafo único do art. 38, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Sinalo que a presente análise dispensa o exame do edital, em razão desta Procuradoria já ter emitido parecer relativo à minuta de tal peça processual, analisando mais detidamente os demais atos do procedimento licitatório realizados até então. Entretanto não se pode deixar de observar o cumprimento das diversas facetas do Edital e verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório, que contém os seguintes elementos:

- a) Autuação, protocolo e numeração;
- b) Justificativa da contratação;
- c) Especificação do objeto;
- d) Autorização da autoridade competente;
- e) Indicação do recurso orçamentário para cobrir a despesa;
- f) Se a modalidade de licitação adotada é compatível com o valor estimado a contratação;
- g) Ato de designação da comissão;
- h) Edital numerado em ordem serial anual;
- i) Se preâmbulo do edital contém o nome da repartição interessada e de seu setor;

*Buenos*



- j) Preâmbulo do edital indicando a modalidade e o tipo da licitação, bem como a forma de entrega;
- k) Preâmbulo do edital mencionando que a licitação será regida pela legislação pertinente;
- l) Preâmbulo do edital anotando o local, dia e hora para recebimento dos envelopes de documentação e proposta, bem como para o início de abertura dos envelopes;
- m) Indicação do objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- n) Indicação do prazo e as condições para a assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos;
- o) Indicação do prazo para execução do contrato ou entrega do objeto;
- p) Indicação das sanções para o caso de inadimplemento;
- q) Indicação das condições para participação da licitação;
- r) Indicação da forma de apresentação das propostas;
- s) Indicação do critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; indicação dos locais, horários e códigos de acesso para fornecimento de informações sobre a licitação aos interessados;
- t) Indicação dos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global; e
- u) Indicação das condições de pagamento.

Na data marcada em Edital, ocorreu a abertura do processo licitatório, a Pregoeira declarou que compareceram Licitantes interessados na data e hora marcada, conforme o credenciamento. Feitas as considerações retro, passo ao exame de estilo.

**NESSE SENTINDO:**

Considerando a presente licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 002/2019/PMC, que tem por objeto é pavimentação de vias urbanas para o Município de Carmolândia-TO. Considerando que a Tomada de Preço nº 002/2019/PMC atendeu ao artigo 38 do citado diploma legal, bem como no tocante à sua formalização ao artigo 43, quanto ao seu processamento e julgamento.

Considerando que os princípios esculpidos no Caput do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, foram respeitados pela Administração Pública Municipal; Considerando que o aviso da licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Município e do Estado, conforme a previsão do Caput do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, estando o seu instrumento convocatório devidamente divulgado dentro do prazo legal.

Conforme podemos verificar, pela análise dos documentos que compõe os presentes autos, a Comissão de Licitação desta Prefeitura obedeceu, in casu, aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, evidenciado que a CPL procedeu, em todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, com absoluta submissão aos ditames legais norteadores da

*Buenos*

matéria, especialmente à Lei nº 8.666/93, atestamos a regularidade jurídico-formal do procedimento, o qual entendemos apto a ser submetido à homologação da autoridade superior, em tudo observadas as formalidade legais.

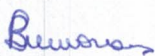
## CONCLUSÃO

Isto posto, forte na análise da legalidade, moralidade, impessoalidade, conveniência e oportunidade do ato administrativo, na exação do certame e nos princípios que norteiam os contratos administrativos, entendemos pela inexistência de vício de forma ou nulidade que fulmine o ato administrativo, devendo, pois, o objeto do certame ser **adjudicado e homologado** em favor da empresa vencedora.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Carmolândia-TO, 29 de agosto de 2019.

Célia Batista de Moraes  
Assessoria Jurídica  
Decreto nº 00117/2018

  
Célia Batista de Moraes  
OAB / TO 7831  
Procuradoria